

## 1. A origem da escravidão negra

Em 1492, ao descobrir o Novo Mundo em nome da monarquia espanhola, Cristóvão Colombo desencadeou a longa e acirrada disputa internacional pelas possessões coloniais que até hoje, passados 450 anos, continua sem solução. Portugal, que iniciara o movimento de expansão internacional, reivindicou os novos territórios alegando que se enquadravam nos termos de uma bula papal de 1455, autorizando o Reino a reduzir todos os povos infiéis à servidão. Para dirimir a controvérsia, as duas potências procuraram arbitragem e, sendo católicas, recorreram ao papa — passo lógico e natural numa época em que as pretensões universais do papado ainda não tinham sido questionadas por indivíduos e governos. Depois de avaliar cuidadosamente as ambições rivais, o papa lançou uma série de bulas em 1493, estabelecendo uma linha de demarcação entre as possessões coloniais dos dois Estados: as terras a leste ficariam para Portugal, as terras a oeste, com a Espanha. Mas a partilha não satisfez às aspirações portuguesas, e no ano seguinte as partes em conflito chegaram a um acordo mais satisfatório, o Tratado de Tordesilhas,

que retificava a decisão papal e permitia que Portugal ficasse com o Brasil.

A arbitragem do papa e o tratado formal não pretendiam valer para as outras potências, e de fato ambos foram rejeitados. A viagem de Cabot à América do Norte, em 1497, foi a resposta imediata da Inglaterra à partilha. Francisco I da França protestou com sua famosa declaração: “O sol brilha para mim como para os outros. Gostaria de ver a cláusula do testamento de Adão que me exclui da partilha do mundo”. O rei da Dinamarca se recusou a reconhecer a autoridade papal no que se referisse às Índias Orientais. Sir William Cecil, o famoso político elisabetano, negou ao papa o direito de “dar e tirar reinos a seu bel-prazer”. Em 1580, o governo inglês contra-atacou mais uma vez, sustentando que o princípio da ocupação de fato deveria ser o critério determinante da soberania.<sup>1</sup> A partir daí, como diziam na época, não houve “paz abaixo da linha do trópico”. Disputava-se, nas palavras de um futuro governador de Barbados, “se o monarca das Índias Ocidentais será o rei da Inglaterra ou da França, pois o rei da Espanha não consegue mais controlar a situação”.<sup>2</sup> A Inglaterra, a França e mesmo a Holanda começaram a contestar o Eixo Ibérico e a reivindicar seu lugar ao sol. O negro também teria seu lugar, mesmo sem pedir: era o sol escaldante das fazendas de cana-de-açúcar, tabaco e algodão do Novo Mundo.

Segundo Adam Smith, a prosperidade de uma nova colônia depende de um único fator econômico, muito simples: “a abundância de terras férteis”.<sup>3</sup> As colônias britânicas até 1776, porém, podem ser divididas em duas categorias gerais. A primeira é a economia diversificada da agricultura de subsistência dos pequenos sitiantes, “meros rapadores de terra”, como ridicularizava Gibbon Wakefield,<sup>4</sup> vivendo de um solo que, como diziam ser o

Canadá em 1840, não era “uma loteria, com alguns prêmios exorbitantes e uma grande quantidade de bilhetes em branco, mas um investimento sólido e seguro”.<sup>5</sup> A segunda categoria é a colônia com facilidades para produzir uma agricultura comercial em grande escala para um mercado de exportação. Na primeira categoria enquadravam-se as colônias no norte do continente americano; na segunda, as colônias de tabaco no continente e as ilhas canavieiras do Caribe. Nessas colônias, como apontou Merivale, a terra e o capital não teriam nenhuma utilidade se não houvesse um trabalho de grupo sob comando.<sup>6</sup> O trabalho precisa ser constante e deve funcionar, ou ser obrigado a funcionar, em cooperação. Nessas colônias, o entranhado individualismo do agricultor de Massachusetts, praticando sua agricultura intensiva e arrancando com o suor do rosto magros frutos de um solo renitente, devia ceder lugar à disciplina das turmas de trabalhadores braçais do grande capitalista praticando uma monocultura extensiva em grande escala. Sem o trabalho compulsório, o lavrador se entregaria à sua tendência natural de trabalhar a terra para si mesmo. Existe aquela anedota famosa do grande capitalista inglês, o sr. Peel, que pegou 50 mil libras, trezentos trabalhadores e lá se foi para a colônia do Swan River na Austrália. O sr. Peel imaginava que os homens iriam trabalhar para ele, como acontecia na Inglaterra. Mas, chegando à Austrália, com terras abundantes — até demais —, seus peões preferiram trabalhar por conta própria, como pequenos sitiantes, em vez de ser assalariados do capitalista. A Austrália não era a Inglaterra, e não sobrou um criado sequer para arrumar a cama ou trazer água para o proprietário.<sup>7</sup>

Nas colônias do Caribe, a solução para evitar que os trabalhadores se dispersassem e fossem “rapar a terra” foi a escravidão. Os inícios da história da Geórgia são instrutivos. Proibidos de empregar trabalho escravo pelos mandatários da colônia, os quais, em alguns casos, eram senhores de escravos em outras co-

lônias, os fazendeiros da Geórgia se viram, como disse Whitefield, tendo de andar com os pés amarrados. Assim, os magistrados locais erguiam seus votos brindando “à única coisa necessária” — a escravidão — até ser anulada a proibição.<sup>8</sup> Mesmo que fosse um “recurso odioso”, como disse Merivale,<sup>9</sup> a escravidão foi uma instituição econômica de primeira importância. Tinha sido a base da economia grega e erguera o Império Romano. Nos tempos modernos, forneceu o açúcar para as xícaras de chá e café do mundo ocidental. Produziu o algodão que foi a base do capitalismo moderno. Constituiu as ilhas do Caribe e as colônias do Sul dos Estados Unidos. Numa perspectiva histórica, a escravidão faz parte daquele quadro geral de tratamento cruel imposto às classes desfavorecidas, das rigorosas leis feudais e das impiedosas leis dos pobres, e da indiferença com que a classe capitalista em ascensão estava “começando a calcular a prosperidade em termos de libras esterlinas e [...] se acostumando com a ideia de sacrificar a vida humana ao deus do aumento da produção”.<sup>10</sup>

Adam Smith, o paladino intelectual da classe média industrial com sua nova doutrina da liberdade, passou a sustentar mais tarde que, de modo geral, eram o orgulho dos senhores e seu amor pelo poder que levavam à escravidão, e que nos países com mão de obra escrava o trabalho livre seria mais rentável. A experiência universal demonstrava conclusivamente que “o trabalho feito por escravos, embora pareça custar apenas o sustento deles, no final é o mais caro de todos. Uma pessoa que não pode adquirir bens não terá outro interesse senão comer o máximo e trabalhar o mínimo possível”.<sup>11</sup>

Assim, Adam Smith tratava como proposição abstrata algo que é uma questão específica de tempo, espaço, trabalho e solo. A superioridade econômica do trabalho assalariado livre em relação ao trabalho escravo é evidente até mesmo para o dono de escravos. A mão de obra escrava trabalha com relutância, não é

qualificada, falta-lhe versatilidade.<sup>12</sup> Em igualdade nas demais condições, é preferível o homem livre. Mas, nas fases iniciais do desenvolvimento colonial, as demais condições não são iguais. Quando se adota a escravidão, não se trata de uma escolha em detrimento do trabalho livre; simplesmente não há escolha. As razões da escravidão, escreveu Gibbon Wakefield, “são condições não morais, e sim econômicas; dizem respeito não ao vício e à virtude, e sim à produção”.<sup>13</sup> Com a população reduzida da Europa no século XVI, não haveria como prover a quantidade necessária de trabalhadores livres para uma produção em grande escala de cana-de-açúcar, tabaco e algodão no Novo Mundo. Por isso foi necessária a escravidão; e, para conseguir escravos, os europeus recorreram primeiro aos aborígenes e depois à África.

Em certas circunstâncias, a escravidão apresenta vantagens evidentes. Em culturas como a cana-de-açúcar, o algodão e o tabaco, cujo custo de produção se reduz consideravelmente em unidades maiores, o dono de escravos, com a produção em grande escala e turmas de trabalho organizadas, consegue ter um uso mais rentável da terra do que o camponês proprietário ou o pequeno agricultor. Para esses produtos agrícolas, os grandes lucros podem compensar os custos mais altos da mão de obra escrava ineficiente.<sup>14</sup> Onde o máximo que se exige em termos de conhecimento é simples e rotineiro, é essencial que a mão de obra trabalhe de maneira constante e coordenada — a escravidão — até que, com o crescimento vegetativo e a importação de novos engajados, a população alcance seu ponto de densidade e a terra disponível já tenha sido distribuída proporcionalmente. Quando e apenas quando se atinge esse estágio, as despesas da escravidão, sob a forma do custo e sustento dos escravos, produtivos e improdutivos, superam o custo dos trabalhadores assalariados. Como escreveu Merivale: “O trabalho escravo é mais caro do que o livre sempre que exista uma abundância de trabalho livre”.<sup>15</sup>

Do ponto de vista do fazendeiro, a maior desvantagem da escravidão é o esgotamento rápido do solo. O abastecimento de mão de obra de baixa condição social, dócil e barata, só pode ser mantido com a degradação sistemática e o esforço deliberado de sufocar a inteligência. Assim, a rotação das culturas e as práticas agrícolas científicas são estranhas às sociedades escravistas. Como escreveu Jefferson sobre a Virgínia, “é mais barato comprar um novo acre de terra do que adubar um antigo”.<sup>16</sup> O fazendeiro escravista, na pitoresca nomenclatura do Sul americano, é um *land-killer*, um “matador de terra”. Pode-se contrabalançar e retardar essa grande desvantagem da escravidão por algum tempo, caso haja uma disponibilidade quase ilimitada de solo fértil. A expansão é uma necessidade das sociedades escravas; o poder escravista requer constantes novos avanços.<sup>17</sup> “É mais rentável”, escreveu Merivale, “cultivar um solo novo com o trabalho caro de escravos do que um solo esgotado com o trabalho barato de homens livres.”<sup>18</sup> Da Virgínia e de Maryland para a Carolina, a Geórgia, o Texas e o Meio-Oeste; de Barbados para a Jamaica, São Domingos e então Cuba: a lógica era a mesma, e inexorável. Era como uma corrida de revezamento: o primeiro a sair passava o bastão ao próximo, com certeza de má vontade, e ficava para trás, claudicando pateticamente.

A escravidão no Caribe tem sido identificada com o negro de uma forma demasiado estreita. Com isso deu-se uma feição racial ao que é basicamente um fenômeno econômico. A escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário, o racismo foi consequência da escravidão. O trabalho forçado no Novo Mundo foi vermelho, branco, preto e amarelo; católico, protestante e pagão.

O primeiro caso de tráfico e trabalho escravos que se desenvolveu no Novo Mundo dizia respeito, em termos raciais, não ao

negro, mas ao índio. Os indígenas sucumbiram rapidamente ao excesso de trabalho exigido, à alimentação insuficiente, às doenças do homem branco e à incapacidade de se adequar ao novo modo de vida. Acostumados a uma vida de liberdade, a constituição física e o temperamento dos índios não se adaptavam bem aos rigores da escravidão nas fazendas [*plantations*].\* Como escreve Fernando Ortíz: “Submeter o índio às minas, a seu trabalho monótono, insalubre e pesado, sem senso tribal, sem ritual religioso [...] era como lhe tirar o sentido da vida. [...] Era escravizar não só sua carne, mas também seu espírito coletivo”.<sup>19</sup>

Quem visita Ciudad Trujillo, capital da República Dominicana (nome atual da metade da ilha antes chamada Hispaniola), pode ver uma estátua de Cristóvão Colombo, com a figura de uma índia escrevendo com gratidão o nome do Descobridor: é o que diz a inscrição na estátua. Por outro lado, conta a história que o cacique Hatuey, condenado à morte por resistir aos invasores, recusou-se categoricamente a aceitar a fé cristã como caminho da salvação, ao saber que seus algozes também esperavam ir para o Céu. É muito mais provável que Hatuey representasse melhor a opinião indígena da época sobre os novos senhores do que a índia anônima da estátua.

A Inglaterra e a França, em suas colônias, seguiram a prática espanhola de escravizar os índios. Havia apenas uma diferença visível: a Coroa espanhola tentou, embora sem sucesso, restringir a escravidão indígena àqueles que não quisessem aceitar o cristianismo e aos aguerridos índios caribes, sob a especiosa alegação de que eram canibais. Do ponto de vista do governo britânico, a es-

\* Para *plantation* (e *planters*), entendido como sistema de produção em grandes propriedades rurais, baseado na monocultura extensiva de produtos agrícolas voltados para a exportação, geralmente (mas nem sempre, como demonstrará Williams) com uso de mão de obra escrava, usarei “fazenda”, “fazendeiros”, “sistema de monocultura extensiva” e correlatos. (N. T.)

cravidão indígena, à diferença da escravidão negra posterior que envolvia interesses imperiais vitais, era um assunto exclusivamente colonial. Como escreve Lauber:

O governo da Coroa se interessou pela legislação e pelas condições escravas coloniais somente quando veio a se tratar do tráfico de escravos africanos. [...] Como [a escravidão indígena] nunca foi extensa a ponto de interferir no tráfico de escravos e na escravidão negra, nunca recebeu qualquer atenção do governo central, e assim era legal porque nunca foi declarada ilegal.<sup>20</sup>

Mas a escravidão indígena nunca foi extensa nos domínios britânicos. Ballagh, escrevendo sobre a Virgínia, diz que o sentimento popular nunca havia “exigido a sujeição da raça índia *per se*, como foi praticamente o caso com o negro na primeira lei escravista de 1661, mas apenas uma parte dela, e reconhecidamente uma parte muito pequena. [...] No caso do índio [...] via-se a escravidão como algo ocasional, uma penalidade preventiva, e não uma condição normal e permanente”.<sup>21</sup> Nas colônias da Nova Inglaterra, a escravidão indígena não era lucrativa, pois aí nenhuma escravidão o era, visto que não se adequava à agricultura diversificada dessas colônias. Além disso, o escravo índio era ineficiente. Os espanhóis descobriram que um negro valia por quatro índios.<sup>22</sup> Um importante funcionário colonial da Hispaniola insistiu em 1518 que “seja dada a permissão para trazer negros, raça robusta para o trabalho, em vez dos nativos, tão fracos que só podem ser empregados em tarefas que não exijam resistência, como cuidar dos sítios ou dos milharais”.<sup>23</sup> Os futuros produtos de exportação do Novo Mundo, o açúcar e o algodão, demandavam uma força que o índio não tinha, e exigiam o robusto “preto do algodão”, assim como, na Louisiana, a necessidade de mulas fortes para o açúcar gerou o epíteto “mulas do açúcar”. Segundo Lauber,

“comparados às somas pagas por negros na mesma época e no mesmo lugar, vê-se que os preços dos escravos índios eram consideravelmente mais baixos”.<sup>24</sup>

O estoque indígena também era limitado, ao passo que o africano era inesgotável. Portanto, os negros foram roubados na África para trabalhar nas terras roubadas aos índios na América. As viagens do infante d. Henrique, o Navegador, complementaram as de Cristóvão Colombo; a história da África Ocidental complementou a das Índias Ocidentais.

O sucessor imediato do índio, porém, não foi o negro, e sim o branco pobre. Esses trabalhadores brancos eram de vários tipos. Alguns eram engajados (*indentured servants*)\*, assim chamados porque, antes de sair da terra de origem, assinavam um termo de engajamento reconhecido por lei, pelo qual se obrigavam a prestar serviços por tempo determinado para custear o preço da passagem. Outros, chamados “quitadores” (*redemptioners*), combinavam com o capitão do navio que pagariam a passagem na chegada ou dentro de determinado prazo a contar da chegada; se não

\* *Indenture, indentured servants*: esses termos não têm uma tradução muito consolidada entre nós. Há quem fale em “servidão por dívida”, “servidão [ou escravidão] temporária”, “servos” etc. Uma *indenture* é um contrato de prestação de serviços por tempo determinado, geralmente em troca do sustento (casa, roupa e comida) do trabalhador, por exemplo entre aprendiz e mestre. No caso das Índias Ocidentais, essa contratação de trabalhadores europeus incluía o custeio da passagem, e assim o contratado assumia a dívida pelo transporte, a ser paga com seus serviços. Daí o fato de alguns entenderem a *indenture* como uma “servidão por dívida”. Mas, embora os termos de uma *indenture* acarretem a privação temporária da liberdade do contratado, trata-se de uma modalidade de trabalho muito específica do capitalismo em sua expansão colonial, e não há como confundi-la com a servidão. No Brasil, encontramos com frequência o mesmo fenômeno, citado nas fontes como “engajamento” e “engajados”. Assim, adoto aqui para *indenture* e *indentured servants* “contrato de serviço a termo”, “engajados” e correlatos, reservando “servidão” e “servos” para *serfdom/serfs* e *villainy/villeins*. (N. T.)

cumprissem o acordado, o capitão os venderia em hasta pública. Outros ainda eram criminosos condenados, enviados por política deliberada do governo para trabalhar por um período de tempo estipulado.

Essa emigração estava em sintonia com as teorias mercantilistas da época, que defendiam enfaticamente que os pobres fossem alocados em trabalhos úteis e produtivos e propugnavam a emigração, voluntária ou involuntária, como medida para reduzir o índice de pobres e encontrar ocupações mais rentáveis no exterior para os vagabundos e desocupados do país. "O engajamento", escreve C. M. Haar, "nasceu devido a duas forças diferentes, mas complementares: havia uma atração positiva do Novo Mundo e uma repulsão negativa do Velho Mundo."<sup>25</sup> Num documento oficial entregue a Jaime I em 1606, Bacon frisou que a Inglaterra, com a emigração, ganharia "uma dupla vantagem, evitando gente aqui e usando-a lá".<sup>26</sup>

O termo de engajamento, de início, não denotava inferioridade nem declínio social. Muitos engajados eram rendeiros de grandes senhores rurais fugindo das restrições cansativas do feudalismo, irlandeses procurando se libertar da opressão de bispos e latifundiários, alemães escapando à devastação da Guerra dos Trinta Anos. Levavam no peito o desejo ardente de terra, a paixão fervorosa pela independência. Chegavam à terra das oportunidades para ser homens livres, com a imaginação transbordando de descrições extravagantes e entusiásticas que tinham ouvido na terra natal.<sup>27</sup> Somente mais tarde, quando, nas palavras do dr. Williamson, "todos os ideais de uma sociedade colonial decente, de uma Inglaterra maior e melhor no ultramar, soçobraram na busca de lucro imediato",<sup>28</sup> a introdução de elementos mal-afamados passou a ser uma característica geral do engajamento.

Desenvolveu-se um tráfico regular de engajados. Entre 1654 e 1685, só de Bristol partiram 10 mil deles, sobretudo para as Índias.

dias Ocidentais e a Virgínia.<sup>29</sup> Em 1683, os engajados brancos correspondiam a um sexto da população da Virgínia. Dois terços dos imigrantes da Pensilvânia no século XVIII eram engajados brancos; em quatro anos, só a Filadélfia recebeu 25 mil deles. Calcula-se que, durante o período colonial, mais de 250 mil pessoas pertenciam a essa categoria,<sup>30</sup> e provavelmente correspondiam à metade de todos os imigrantes ingleses, a maioria se concentrando nas Colônias do Meio.<sup>31</sup>

Quando a especulação comercial passou a integrar o quadro, iniciaram-se os abusos. O sequestro passou a ser altamente incentivado e se converteu em atividade regular em cidades como Londres e Bristol. Os adultos eram aliciados com álcool, as crianças eram atraídas com doces. Os sequestradores eram chamados de “espíritos”, e a definição do termo era “alguém que pega homens, mulheres e crianças para vendê-los num navio e serem desterrados para o ultramar”. Os capitães de navios que comerciavam com a Jamaica iam visitar o Reformatório de Clerkenwell, ofereciam bebida às moças que estavam presas por arruaça e as “convidavam” a ir para as Índias Ocidentais.<sup>32</sup> As propostas feitas aos crédulos e incautos eram tão tentadoras que, como relatou em tom desaprovador o prefeito de Bristol, os maridos eram induzidos a abandonar as esposas, as esposas a largar os maridos, os aprendizes a deixar seus mestres, enquanto os criminosos procurados encontravam nos navios cargueiros um refúgio para escapar ao braço da lei.<sup>33</sup> A onda de imigração alemã gerou a figura do “engajador”, o agenciador de mão de obra daquela época, que percorria o vale do Reno convencendo os camponeses feudais a ven-

\* As chamadas *Middle Colonies* se situavam no meio das então Treze Colônias Britânicas, também chamadas de *Bread Colonies*, por cultivarem cereais como trigo, milho e centeio. Correspondem aos atuais estados de Nova Jersey, Pensilvânia, Nova York e Delaware. (N. T.)

der seus pertences e a emigrar para a América, recebendo uma comissão por cada emigrante.<sup>34</sup>

Muito se escreveu sobre as astúcias que esses “engajadores” não hesitavam em usar.<sup>35</sup> Mas, qualquer que fosse a vigarice praticada, resta o fato, como disse Friedrich Kapp, de que “o verdadeiro motivo para a febre migratória residia nas condições políticas e econômicas insalubres. [...] As condições de miséria e a opressão dos pequenos estados [germânicos] deram um incentivo muito mais contínuo e perigoso à emigração do que o pior dos ‘engajadores’”.<sup>36</sup>

Os condenados constituíam outra fonte constante de mão de obra branca. As duras leis feudais da Inglaterra estabeleciam trezentos crimes capitais. Entre os típicos delitos sujeitos à execução na forca estavam: bater carteira com mais de um xelim; furtar artigos em lojas no valor de cinco xelins; roubar um cavalo ou um carneiro; apanhar coelhos clandestinamente em terras da aristocracia.<sup>37</sup> Entre os delitos que eram punidos com o degredo estavam: roubar tecidos, queimar medas de trigo, mutilar e matar gado, obstruir o trabalho dos funcionários aduaneiros e exercer práticas judiciais irregulares.<sup>38</sup> Em 1664, surgiram projetos de lei prevendo o desterro para as colônias de todos os vagabundos, malandros e vadios, ladrões, ciganos e dissolutos que frequentassem bordéis ilícitos.<sup>39</sup> Uma comovente petição de 1667 rogava a comutação da pena capital para degredo no caso de uma mulher casada condenada por roubar artigos no valor de três xelins e quatro pence.<sup>40</sup> Em 1745, a punição para o roubo de uma colher de prata e um relógio de ouro foi o desterro.<sup>41</sup> Um ano depois da libertação dos escravos negros, o degredo era a penalidade para atitudes sindicais. É difícil resistir à conclusão de que havia alguma ligação entre a lei e a demanda de mão de obra nas fazendas, e o que admira é que tão pouca gente tenha ido para as colônias do ultramar.

Benjamin Franklin protestou contra esse “despejo dos párias do Velho Mundo no Novo Mundo”, tomando-o como o insulto mais cruel já cometido por uma nação a outra, e perguntou se as colônias, visto que a Inglaterra se sentia justificada de mandar seus criminosos para lá, não estariam justificadas de mandar em troca suas cascavéis para a Inglaterra.<sup>42</sup> Não está claro por que Franklin se mostrou tão suscetível. Mesmo que os condenados fossem criminosos impenitentes, o grande aumento de engajados e de emigrantes livres tenderia a tornar inócua a influência dos degredados, tal como um volume sempre maior de água dilui o veneno num copo. Sem os degredados, teria sido impossível o desenvolvimento inicial das colônias australianas no século XIX. Mas poucos colonos americanos eram tão melindrosos assim. Um contemporâneo resumiu a opinião geral: “Os benefícios do trabalho deles numa colônia incipiente seriam maiores do que os prejuízos de seus vícios”.<sup>43</sup> Não havia nada de estranho nessa posição. O grande problema num país novo é a mão de obra, e o trabalho dos degredados, como assinalou Merivale, equivalia a um presente que o governo dava de graça aos moradores das colônias, que não precisavam arcar com as despesas da importação.<sup>44</sup> O governador da Virgínia em 1611 recebia de bom grado os degredados poupados à força, considerando que era “uma maneira rápida de nos fornecer homens e nem sempre da pior espécie”.<sup>45</sup> As Índias Ocidentais estavam preparadas para aceitar a todos, mesmo a desova das prisões de Newgate e Bridewell, pois “nenhum prisioneiro pode ser tão incorrigível, e há esperança de que se adapte aqui e avance na vida, coisa que alguns já tiveram a felicidade de conhecer”.<sup>46</sup>

Os problemas políticos e civis na Inglaterra entre 1640 e 1740 aumentaram o fornecimento de engajados. Os dissidentes políticos e religiosos pagaram sua heterodoxia com o desterro, seguindo em sua maioria para as ilhas canavieiras. Tal foi o destino de

muitos prisioneiros irlandeses de Cromwell, que foram enviados para as Índias Ocidentais.<sup>47</sup> Essa política era seguida de maneira tão sistemática que a língua inglesa ganhou um novo verbo de ação: “barbadoar” (*to barbadoes*) alguém.<sup>48</sup> Montserrat se converteu basicamente numa colônia irlandesa,<sup>49</sup> e ainda hoje ouve-se muito o dialeto irlandês em várias partes das Índias Ocidentais Britânicas. Os irlandeses, porém, eram peões pobres. Odiavam os ingleses, estavam sempre prontos a ajudar os inimigos da Inglaterra, e numa revolta nas ilhas Leeward, em 1689,<sup>50</sup> já podemos ver sinais daquela indignação fervente que, segundo Lecky, forneceu a Washington alguns de seus melhores soldados.<sup>51</sup> Os derrotados nas campanhas escocesas de Cromwell foram tratados como os irlandeses antes deles, e os escoceses passaram a ser vistos como “trabalhadores braçais e soldados em muitos locais do estrangeiro”.<sup>52</sup> A intolerância religiosa enviou mais trabalhadores para as fazendas. Em 1661, os quacres que se recusassem a prestar juramento pela terceira vez seriam deportados; em 1664, estipulou-se que a penalidade para os maiores de dezesseis anos na terceira vez em que cometessem o delito de se reunir em grupos de cinco ou mais pessoas, sob pretexto religioso, seria o desterro para qualquer fazenda, exceto na Virgínia ou na Nova Inglaterra, ou o pagamento de uma multa de cem libras.<sup>53</sup> Muitos adeptos de Monmouth foram enviados para Barbados, com ordens de trabalhar durante dez anos na colônia. Os prisioneiros eram oferecidos em lotes a membros favoritos da corte, que obtinham lucros vultosos com um tráfico que, diz-se, contava com a participação da própria rainha.<sup>54</sup> Utilizou-se uma política semelhante após as revoltas jacobitas do século XVIII.

O transporte dos engajados brancos mostra à sua verdadeira luz os horrores da Rota do Meio\* — não algo incomum ou desu-

\* A Rota do Meio (*Middle Passage*) era um dos lados do chamado comércio triangular entre a Inglaterra, a costa da África e as Índias Ocidentais. (N. T.)

mano, mas parte integrante da época. Os emigrantes iam comprimidos como sardinhas. Segundo Mittelberger, para cada um deles era designado um espaço de sessenta centímetros de largura por 1,80 metro de comprimento na horizontal.<sup>55</sup> As embarcações eram pequenas; a viagem, longa; a comida, à falta de refrigeração, ruim; as doenças, inevitáveis. Uma petição ao Parlamento em 1659 descreve como 72 engajados ficaram trancafiados sob o convés durante toda a viagem, por cinco semanas e meia, “entre cavalos, de forma que, pelo calor e umidade sob o trópico, suas almas desfaleceram”.<sup>56</sup> Inevitavelmente insinuavam-se abusos no sistema, e Fearon ficou chocado com “o horrível quadro de sofrimento humano que esse sepulcro vivo” de um navio de emigrantes lhe mostrou na Filadélfia.<sup>57</sup> Mas, naquela época, mesmo para os passageiros livres as condições não eram muito melhores, e o comentário de uma dama de sociedade, descrevendo uma viagem da Escócia às Índias Ocidentais num navio cheio de contratados temporários, deveria eliminar qualquer ideia de que os horrores dos navios negreiros se deviam ao fato de serem as vítimas negras. “É quase impossível crer”, escreve ela, “que a natureza humana possa ser tão depravada a ponto de tratar os semelhantes dessa maneira por tão pequeno ganho.”<sup>58</sup>

O transporte de engajados e degredados gerou um poderoso setor de interesses econômicos na Inglaterra. Quando foi criado o Departamento Colonial em 1661, uma de suas funções mais importantes era o controle do trânsito de engajados. Em 1664, foi nomeada uma comissão, presidida pelo irmão do rei, para examinar e elaborar um relatório sobre a exportação desses trabalhadores. Em 1670, foi rejeitado um projeto de lei proibindo a deportação de prisioneiros ingleses para o ultramar; outro projeto de lei contra o sequestro de crianças não resultou em nada. No sistema de deportação de criminosos, uma hierarquia inteira, desde os secretários palacianos e os imponentes juízes até os encarregados

das prisões e os carcereiros, insistia em receber sua parte nos espólios.<sup>59</sup> Há quem sugira que os fazendeiros deram preferência ao escravo negro por uma questão de humanidade para com indivíduos do mesmo país e com a mesma cor de pele.<sup>60</sup> Não há nenhum traço desse humanitarismo nos anais da época, pelo menos no que se refere às colônias monocultoras e à produção agrícola para exportação. Contornavam-se as tentativas de registrar os emigrantes engajados e de regularizar os procedimentos da deportação, o que daria pleno reconhecimento legal ao sistema. Todos os principais negociantes e funcionários públicos estavam envolvidos nessa prática. A penalidade para o sequestro era o pelourinho, mas o público estava proibido de atirar objetos no condenado. A oposição vinha das massas. Bastava apontar uma mulher nas ruas de Londres e chamá-la de “espírito” para se iniciar um tumulto.

Tal era a situação na Inglaterra quando Jeffreys chegou a Bristol, em seu circuito pelo oeste para eliminar os resquícios da rebelião de Monmouth. Jeffreys passou para a posteridade como um “carniceiro”, o representante tirânico de um rei arbitrário, e sua visita judicial é apresentada nos manuais como um ciclo de “Sessões Sanguinárias”. As sessões do tribunal tiveram uma característica redentora. Jeffreys declarou que tinha ido a Bristol com uma vassoura para varrer e limpar a cidade, despejando sua cólera sobre os sequestradores que infestavam os cargos mais altos do município. Os grandes comerciantes e os juizes de paz tinham o hábito de forçar a lei a fim de aumentar a quantidade de condenados, que seriam deportados para as fazendas canavieiras que eles próprios possuíam nas Índias Ocidentais. Aterrorizavam pequenos transgressores com a perspectiva da forca, e então os levavam a pedir uma redução de pena com o desterro. Jeffreys partiu para cima do prefeito, que, com todas as peliças e púrpuras do cargo, estava para condenar um batedor de carteiras ao desterro

na Jamaica, obrigando-o, para o grande assombro dos cidadãos respeitáveis de Bristol, a ocupar o banco dos réus como um delinqüente comum, onde devia se declarar culpado ou inocente, e tropejou num linguajar típico:

Senhor Prefeito, quero dizer, Sequestrador, e velho Juiz de Paz na corte de justiça. [...] A ele não conheço, velho safado: ele vai à taverna, e por uma pinta de vinho obriga as pessoas na taverna a assinar um contrato para ir às Índias. Um safado sequestrador! Vou mandar cortar suas orelhas, antes de sair da cidade. [...] Rap-tor, o senhor mesmo, estou dizendo. [...] Se não fosse em respeito à espada que está sobre sua cabeça, eu o mandaria para Newgate, seu sequestrador safado. É pior do que o batedor de carteira que está ali. [...] Eu soube que o ramo do sequestro tem grande demanda. Eles podem soltar um criminoso ou um traidor, desde que ele vá para a fazenda do senhor Conselheiro nas Índias Ocidentais.

O prefeito foi multado em mil libras, mas, afora a destituição do cargo e o medo que sentiram os comerciantes, estes não perderam nada — seus lucros ficaram intocados.<sup>61</sup>

Segundo uma das explicações, os insultos de Jeffreys se deviam à embriaguez ou à insanidade.<sup>62</sup> Mas não é improvável que estivessem relacionados com uma completa inversão das ideias mercantilistas sobre a emigração, em virtude do desenvolvimento interno da metrópole. No final do século xvii, a grande meta da política econômica nacional não era mais a acumulação de metais preciosos, e sim o desenvolvimento da indústria no país, a promoção do emprego e o incentivo às exportações. Os mercantilistas sustentavam que a melhor maneira de reduzir custos, e assim aumentar a competitividade diante dos outros países, era pagar baixos salários, o que parecia plenamente possível devido ao grande número de habitantes. O medo da superpopulação no

começo do século xvii deu lugar ao medo da subpopulação nos meados do mesmo século. A condição essencial da colonização — a emigração de habitantes do país colonizador — agora contrariava o princípio de que o interesse nacional exigia uma grande população dentro do país. Sir Josiah Child negava que a emigração para a América enfraquecera a Inglaterra, mas sentia-se forçado a reconhecer que sua posição era minoritária, talvez uma entre mil, e endossava a opinião geral de que “tudo o que tende a despovoar um reino tende a empobrecê-lo”.<sup>63</sup> O insólito humanitarismo de Jeffreys se torna menos estranho a essa luz, e pode ser atribuído a considerações de ordem mais econômica do que ética. Seus patronos, a família real, também já eram os patronos da Companhia Africana Real e do tráfico negreiro. Para o excedente demográfico necessário à povoação das colônias do Novo Mundo, os ingleses tinham recorrido à África, e em 1680 já dispunham de provas conclusivas, em Barbados, de que os africanos atendiam às necessidades produtivas melhor do que os europeus.

A condição dos engajados foi piorando nas colônias de agricultura para exportação. A prestação de serviços, que originalmente era uma relação pessoal livre baseada num contrato voluntário por prazo determinado, em troca do transporte e do sustento, tendia a se converter numa relação de propriedade que acabava por exercer um controle de extensão variável sobre o corpo e os direitos da pessoa durante o prazo do contrato, como se ela fosse um objeto.<sup>64</sup> Eddis, escrevendo às vésperas da Revolução, viu os engajados gemendo “sob um cativo pior do que o egípcio”.<sup>65</sup> Em Maryland, o engajamento se converteu numa instituição que, em alguns aspectos, era próxima à escravidão, o engajado sendo quase um móvel.<sup>66</sup> Quanto à Pensilvânia, já se disse que, “mesmo que em alguns casos particulares possam ter sido tratados com bondade, ou possam ter ingressado voluntariamente na relação, os engajados, enquanto classe e depois de obrigados por contrato,

eram temporariamente bens móveis”.<sup>67</sup> Nas fazendas canavieiras de Barbados, os engajados passavam o tempo

trabalhando nas moendas e atendendo às fornalhas, ou cavoucando esta ilha causticante; não tendo nada para se alimentar (apesar do trabalho pesado) a não ser batatas, nem para beber, a não ser a água de lavagem das batatas, além do pão e das lágrimas de seus sofrimentos; sendo ainda comprados e vendidos entre os fazendeiros, ou confiscados como cavalos e animais pelas dívidas de seus senhores, sendo açoitados nos pelourinhos (como vadios) pelo prazer de seus senhores, e dormindo em chiqueiros pior do que os porcos na Inglaterra.<sup>68</sup>

O professor Harlow conclui que as provas demonstram irrefutavelmente que as condições em que se obtinha e se utilizava a mão de obra branca em Barbados eram “sempre severas, às vezes degradantes e em geral uma desonra para o nome da Inglaterra”.<sup>69</sup>

Mas as autoridades inglesas abraçavam a ideia de que o contrato de trabalho a termo não era tão ruim, e que o engajado na Jamaica estava melhor do que o camponês na Inglaterra. “É um bom lugar para o comércio. Não é tão odioso quanto o pintam.”<sup>70</sup> Porém havia certa suscetibilidade em torno do assunto. Em 1676, os lordes do Conselho de Comércio e Agricultura das Colônias manifestaram-se contrários ao uso do termo “servitude” (*servitude*), que indicaria cativo e escravidão, e sugeriram a substituição por “serviço” (*service*).<sup>71</sup> A instituição não foi afetada pela mudança de nome. Expressou-se a esperança de que os engajados brancos fossem poupados ao açoite tão prodigamente distribuído entre seus camaradas negros.<sup>72</sup> Não tiveram tanta sorte. Como esses trabalhadores estavam obrigados por um contrato de tempo determinado, o fazendeiro tinha menos interesse no bem-estar deles do que no dos negros, que eram servidores perpétuos e, por

isso, constituíam “os ativos mais úteis” de uma fazenda.<sup>73</sup> Segundo Eddis, os negros estavam “em quase todos os casos em condições mais confortáveis do que o europeu miserável, sobre o qual o fazendeiro rígido exerce um rigor inflexível”.<sup>74</sup> Os fazendeiros viam os engajados como “lixo branco”, e eram agrupados com os negros na mesma condição de trabalhadores braçais. “Nenhuma dessas colônias teve ou terá qualquer melhoria considerável sem um abastecimento de negros e engajados brancos”, declarou o Conselho de Montserrat em 1680.<sup>75</sup> Numa sociedade europeia que considerava essencial a subordinação, na qual Burke podia falar dos trabalhadores como “rebanho miserável” e Voltaire como “ralé”, e Linguet condenava o trabalhador apenas ao uso dos músculos, pois “tudo estaria perdido se ele soubesse que tem intelecto”<sup>76</sup> — nessa sociedade não é preciso procurar muitas explicações para a condição do engajado branco nas colônias.

Defoe declarou sumariamente que o engajado branco era um escravo.<sup>77</sup> Não era. A privação da liberdade do engajado era por tempo limitado, o negro era escravo por toda a vida. A condição do engajado não se transmitia aos filhos, os filhos dos negros herdavam a condição da mãe. O senhor jamais teve controle absoluto sobre a pessoa e a liberdade do engajado, tal como o tinha sobre o escravo. O engajado possuía direitos — limitados, mas reconhecidos por lei e especificados em contrato. Tinha, por exemplo, um direito limitado à propriedade. Na lei positiva, o engajado nunca foi equiparado a um bem móvel ou imóvel. As leis nas colônias mantinham essa distinção rígida entre pessoa e coisa, e impunham penalidades severas à coabitação das duas raças. O engajado, ao término do contrato, podia esperar receber um lote de terra, embora, como Wertenbaker aponta no caso da Virgínia, isso não fosse um direito garantido por lei,<sup>78</sup> e as condições variassem conforme as colônias. Assim, o engajado europeu podia esperar na América uma liberdade que a servidão feudal não lhe concedia.

Ao se desobrigar do contrato, os engajados se tornavam pequenos sítios no interior, uma força democrática numa sociedade de grandes fazendeiros aristocráticos, e foram os pioneiros na expansão para o Oeste. Era por isso que Jefferson, na América, e Saco, em Cuba, preferiam a entrada de engajados europeus em vez de escravos africanos — pois eles apontavam para a democracia, e não para a aristocracia.<sup>79</sup>

A instituição do contrato de serviço a termo de brancos, porém, apresentava sérios inconvenientes. Postlethwayt, rígido mercantilista, sustentava que os engajados brancos nas colônias tenderiam a criar concorrência com o reino no setor manufatureiro. Melhor escravos negros na agricultura do que engajados brancos na indústria, que incentivariam as aspirações de independência.<sup>80</sup> Além disso, o fornecimento estava ficando cada vez mais difícil, e a demanda das fazendas superava o número de condenações na Inglaterra. Ademais, os negociantes de mão de obra estavam envolvidos em muitos processos caros e incômodos, movidos por pessoas que manifestavam disposição de emigrar, aceitavam roupas e alimentos dados em adiantamento e depois ingressavam com uma ação judicial por detenção ilegal.<sup>81</sup> Os engajados não chegavam à América em quantidade suficiente para substituir os que haviam cumprido o prazo do contrato. Nas fazendas, para o engajado branco era fácil fugir; mais fácil do que para o negro, o qual, se era alforriado, costumava, por uma questão de autodefesa, continuar na mesma localidade onde era conhecido e estaria menos sujeito a ser capturado como fugitivo ou vagabundo. O engajado esperava receber terra ao termo do contrato; o negro, num ambiente estranho, destacando-se pela cor e pelos traços, ignorando a língua e os costumes do homem branco, podia jamais vir a ter acesso a um lote de terra. Com as diferenças raciais ficava mais fácil justificar e racionalizar a escravidão negra, arrancar uma obediência mecânica como a um boi de tração ou a um ca-

valo de carga, exigir aquela resignação e aquela completa sujeição moral e intelectual indispensáveis para a existência do trabalho escravo. Por fim, e este era o fator decisivo, o escravo negro era mais barato. O dinheiro por dez anos de serviço de um branco comprava toda a vida de um negro.<sup>82</sup> Como declarou o governador de Barbados, os fazendeiros locais descobriram pela experiência que “três pretos trabalham melhor e mais barato do que um branco”.<sup>83</sup>

Mas a experiência com o engajamento branco tinha sido preciosa. O sequestro na África não enfrentava as dificuldades que surgiam na Inglaterra. Os capitães e os navios tinham a experiência de um para orientá-los no outro. Bristol, o centro do tráfico de engajados, tornou-se um dos centros do tráfico de escravos. O capital acumulado num financiou o outro. O serviço forçado branco foi a base histórica sobre a qual se edificou a escravidão negra. Os feitores dos degredados nas fazendas não tiveram dificuldade em se tornar feitores de escravos. Escreve o professor Phillips: “Em larga medida, os africanos chegaram depois, inserindo-se num sistema já desenvolvido”.<sup>84</sup>

Eis aí, portanto, a origem da escravidão negra. A razão foi econômica, não racial; não teve nada a ver com a cor da pele do trabalhador, e sim com o baixo custo da mão de obra. Comparada ao trabalho indígena e branco, a escravidão negra era muito superior. “Em todos os casos”, escreve Bassett sobre a Carolina do Norte, “foi a sobrevivência do mais apto. A escravidão do índio e o engajamento do branco cederam diante da maior resistência, docilidade e capacidade de trabalho do negro.”<sup>85</sup> Suas feições, o cabelo, a cor e a dentição, suas características “sub-humanas” tão amplamente invocadas, não passaram de racionalização posterior para justificar um fato econômico simples: as colônias preci-

savam de mão de obra e recorreram ao trabalho negro porque era o melhor e o mais barato. Não era uma teoria; era uma conclusão prática extraída da experiência pessoal do fazendeiro. Ele iria até a Lua, se precisasse, para conseguir mão de obra. A África ficava mais perto do que a Lua, mais perto também do que as terras mais populosas da Índia e da China. Mas estas também teriam sua vez.

O engajamento de mão de obra branca é de importância fundamental para entendermos o desenvolvimento do Novo Mundo e o lugar do negro nesse processo. Ele destrói o velho mito de que os brancos não aguentariam os rigores do trabalho braçal no clima do Novo Mundo e que por isso, e apenas por isso, as potências europeias tiveram de recorrer aos africanos. É um argumento totalmente insustentável. Um ditado do Mississippi diz que “só negros e mulas conseguem encarar o sol de julho”. Mas os brancos encararam o sol por mais de um século em Barbados, e os salzburgueses da Geórgia ficavam ofendidos à insinuação de que o plantio do arroz podia lhes fazer mal.<sup>86</sup> As ilhas do Caribe ficam em plena zona do Trópico, mas o clima é mais ameno do que tropical; a temperatura raramente sobe acima de 26 °C e se mantém constante ao longo do ano, ao sopro das brisas do mar. A umidade intolerável de um dia de agosto em algumas partes dos Estados Unidos não encontra nada que se compare nas ilhas. Além disso, apenas o extremo sul da Flórida é realmente tropical, e apesar disso o trabalho negro floresceu na Virgínia e na Carolina. O sul dos Estados Unidos não é mais quente do que o sul da Itália ou da Espanha, e Tocqueville perguntava por que o europeu não trabalhava ali tão bem quanto nesses dois outros países.<sup>87</sup> Quando Whitney inventou a descaroçadora de algodão, esperava-se que o algodão fosse produzido por homens livres em pequenos sítios, o que de fato ocorreu.<sup>88</sup> Se o sitiante branco era desalojado de algum lugar, o inimigo não era o clima, e sim a fazenda escravista,

e assim ele seguia para oeste, até que o avanço da monocultura o obrigasse a se mudar mais uma vez. Weston assinalou que, em 1857, o cultivo dos campos do extremo sul e todo o trabalho externo pesado em New Orleans eram feitos por brancos, sem nenhuma consequência negativa. “Nenhuma parte das fronteiras continentais do golfo do México”, escreveu ele, “e nenhuma das ilhas que o separam do oceano precisa se entregar à barbárie da escravidão negra.”<sup>89</sup> Nós mesmos, em nossos dias, que vimos os meeiros brancos desalojando os negros no Sul, e presenciamos a migração em massa dos negros do Sul para os climas mais frios de Detroit, Nova York, Pittsburgh e outros centros industriais do Norte, não podemos mais aceitar a conveniente explicação de que as fazendas escravistas utilizavam mão de obra negra porque o clima era rigoroso demais para a constituição física do branco.

Um fluxo migratório firme e constante de brancos pobres da Espanha para Cuba, até o final do domínio espanhol, foi a característica dominante da política colonial espanhola. Fernando Ortíz estabeleceu um contraste marcado entre o papel do tabaco e o do açúcar na história cubana. O tabaco era uma cultura intensiva praticada por brancos livres em pequenas propriedades; a cana-de-açúcar era uma cultura extensiva praticada por escravos negros em grandes latifúndios. Além disso, ele comparou o tabaco cubano cultivado com trabalho livre ao fumo da Virgínia cultivado com trabalho escravo.<sup>90</sup> O que determinava a diferença não era o clima, e sim a estrutura econômica das duas regiões. Seria muito improvável que os brancos aguentassem o calor tropical de Cuba e sucumbissem ao calor tropical de Barbados. Em Porto Rico, o *jíbaro* ou camponês branco pobre ainda é o tipo básico, demonstrando, nas palavras de Grenfell Price, o erro de se crer que o homem branco, depois de três gerações, seria incapaz de se reproduzir nos trópicos.<sup>91</sup> No Caribe, desde os primeiros assentamentos até os nossos dias, existem comunidades brancas seme-

lhantes nas ilhas Saba e St. Maarten, das Índias Ocidentais holandesas. Por cerca de sessenta anos, colonos franceses habitaram em St. Thomas não só como pescadores, mas também como agricultores, e hoje constituem o “maior setor dentro da classe rural” da ilha.<sup>92</sup> Dr. Price conclui: “Evidencia-se que os brancos setentrionais conseguem manter um bom padrão durante gerações no trópico dos alísios, quando o local está a salvo das piores formas de doença tropical, o retorno econômico é adequado e a comunidade está disposta a enfrentar um trabalho físico pesado”.<sup>93</sup> Mais de um século atrás, um grupo de emigrantes alemães se estabeleceu em Seaford, na Jamaica, onde vive até hoje, sem nenhum sinal visível de degeneração, contrariando explicitamente a descrença popular quanto à chance de sobrevivência do branco setentrional nos trópicos.<sup>94</sup> Em suma, onde a agricultura se deu em pequenas propriedades, os brancos não só sobreviveram, como também prosperaram. Onde desapareceram, a causa não foi o clima, mas a substituição do pequeno sítio pela grande fazenda, com sua concomitante demanda de fornecimento constante de uma grande quantidade de mão de obra.

Assim, a explicação climática do sistema de fazendas não passa de uma racionalização. Num excelente ensaio sobre o tema, o professor Edgar Thompson afirma: “A fazenda não se explica pelo clima. É uma instituição política”. E acrescentaríamos: é uma instituição econômica. A teoria climática “faz parte de uma ideologia que racionaliza e naturaliza uma ordem social e econômica existente, a qual, em todas as partes, parece ser uma ordem contendo um problema racial”.<sup>95</sup>

A história da Austrália encerra a discussão. Praticamente metade desse continente se situa na zona tropical. Numa parte dessa área tropical, o estado de Queensland, a principal cultura é a cana-de-açúcar. Quando a cultura começou a se desenvolver, a Austrália tinha duas opções: trabalho negro ou trabalho branco.

O país iniciou a cultura de cana do modo usual, importando mão de obra negra das ilhas do Pacífico. Houve, porém, pressões crescentes para que se adotasse uma política em favor de uma Austrália branca, e no século XX foi proibida a imigração de não brancos. Aqui não vem ao caso que, em decorrência disso, o custo de produção do açúcar australiano tornou-se exorbitante, o setor, artificial, sobrevivendo apenas por causa da muralha impenetrável da autarquia australiana. A Austrália estava disposta a pagar um alto preço para continuar um país de brancos. A única questão que interessava reter era que a escolha estava sendo paga pelo consumidor australiano, e não a custa da degeneração física do trabalhador australiano.

Atualmente, a mão de obra no setor açucareiro de Queensland é totalmente branca. Escreve H. L. Wilkinson: "Queensland oferece o único exemplo no mundo de colonização europeia nos trópicos em larga escala. E mais: mostra uma grande população europeia executando todo o trabalho de sua sociedade, desde o serviço mais humilde e a tarefa braçal mais pesada até a forma mais elevada de intelectualismo".<sup>96</sup> A ciência venceu a superstição a tal ponto que, hoje, os cientistas australianos sustentam que a única condição para que os brancos de ambos os sexos mantenham a saúde nos trópicos é que se dediquem a um intenso trabalho físico. Onde isso se deu, como em Queensland, "os mais rigorosos exames científicos", segundo o Congresso Médico Australiano de 1920, "não conseguiram detectar nenhuma mudança orgânica em moradores brancos capaz de diferenciá-los de moradores de climas temperados".<sup>97</sup>

Assim, a escravidão negra não teve nada a ver com o clima. Suas origens podem ser enunciadas em três palavras: no Caribe, o Açúcar; no continente, o Tabaco e o Algodão. Uma mudança na

estrutura econômica gerou uma mudança correspondente no fornecimento de mão de obra. O fato fundamental foi “a criação de uma organização social e econômica inferior de exploradores e explorados”.<sup>98</sup> O açúcar, o tabaco e o algodão exigiam o sistema de monocultura extensiva em fazendas e um grande volume de mão de obra, e a pequena propriedade do branco após o término de seu contrato não teria como sobreviver. O tabaco do pequeno sítio em Barbados foi substituído pelo açúcar da grande fazenda. O surgimento do setor açucareiro no Caribe foi o sinal para o desalojamento maciço do pequeno sitiante. Em 1645, Barbados tinha 11 200 pequenos sitiantes brancos e 5680 escravos negros; em 1667, havia 745 grandes fazendeiros e 82 023 escravos. Em 1645, a ilha contava com 18300 brancos aptos a pegar em armas; em 1667, apenas 8300.<sup>99</sup> Os sitiantes brancos foram expulsos. Os fazendeiros continuaram a oferecer incentivos aos recém-chegados, mas não podiam mais oferecer o principal incentivo, a terra. Os engajados brancos preferiam as outras ilhas, onde tinham esperança de conseguir terra, e não Barbados, onde certamente não conseguiriam nenhuma.<sup>100</sup> Em desespero, os fazendeiros propuseram uma legislação que impediria os proprietários rurais de comprar mais terras, obrigaria os negros e os engajados brancos a usar o fustão fabricado em Barbados (o que diriam os mercantilistas ingleses a respeito disso?) para garantir emprego aos brancos pobres e proibiria que os negros aprendessem um ofício.<sup>101</sup> Em 1695, o governador de Barbados pintou um quadro desolador desses ex-engajados. Sem carne fresca nem rum, “eles são tiranizados e tratados como cães, e com o tempo isso certamente afastará toda a comunidade branca”. Sua única sugestão foi conceder direito de voto a todos os brancos que possuíssem dois acres de terra, a fim de que eles elegeassem os membros da Assembleia. Para conseguir seus votos — e as eleições eram anuais —, os candidatos “às vezes dão aos pobres miseráveis um pouco de rum, comi-

da fresca e coisas que possam alimentá-los”.<sup>102</sup> Não admira que o êxodo tenha continuado.

Os brancos pobres começaram a se mudar, passando de um lugar a outro em todo o Caribe, de Barbados para Nevis e Antígua, daí para a Guiana e Trinidad, e por fim para a Carolina. Por toda parte eram perseguidos e expulsos pela mesma força econômica inexorável: o açúcar. Na Carolina, ficaram a salvo do algodão apenas por cem anos. Entre 1672 e 1708, o número de brancos em Nevis diminuiu mais de 60%, enquanto a população negra mais que dobrou. Entre 1672 e 1727, o número de brancos do sexo masculino de Montserrat caiu mais de dois terços, e no mesmo período a população negra aumentou mais de onze vezes.<sup>103</sup> “Quanto mais compram”, diziam em Barbados referindo-se à compra de escravos, “mais podem comprar, pois num ano e meio ganharão com a bênção de Deus o preço que eles custam.”<sup>104</sup> O Rei Açúcar iniciava sua depredação, transformando comunidades florescentes de pequenos agricultores em vastos engenhos de açúcar nas mãos de magnatas capitalistas ausentes, operados por uma massa de proletários vindos de fora. A economia da monocultura extensiva das fazendas não tinha espaço para brancos pobres; o dono ou o administrador, um médico nas fazendas mais prósperas, e provavelmente suas respectivas famílias: era o que bastava. “Se se pudesse imaginar um estado feito de fazendas contínuas”, escreveu Weston, “a raça branca não morreria simplesmente de fome, mas seria literalmente expelida à força.”<sup>105</sup> Os fazendeiros residentes, apreensivos com a desproporção cada vez maior entre brancos e negros, conseguiram aprovar as Leis de Insuficiência para obrigar os absenteístas a manter empregados brancos, sob pena de multa. Os fazendeiros ausentes preferiram pagar a multa. Hoje, nas Índias Ocidentais, os brancos pobres sobrevivem como os *Redlegs* de Barbados, pálidos, fracos e degenerados, devido à endogamia, ao alcoolismo, à alimentação insuficiente e à falta de

atividade física. Pois, como disse Merivale, “num país com predomínio maciço da escravidão negra, nenhum branco é diligente no trabalho”.<sup>106</sup>

Era o triunfo não das condições geográficas, como sustenta Harlow,<sup>107</sup> mas das condições econômicas. As vítimas foram os negros da África e os pequenos sitiantes brancos. O aumento da riqueza de alguns brancos foi tão fenomenal quanto o aumento da miséria para os inúmeros negros. As safras de 1650 em Barbados, com colheita em vinte meses, alcançaram mais de 3 milhões de libras,<sup>108</sup> cerca de 15 milhões em moeda atual. Calcula-se que, em 1666, Barbados tinha enriquecido dezessete vezes desde o início do plantio de cana. “As construções em 1643 eram humildes, apenas com artigos de primeira necessidade, mas em 1666 havia pratarias, joias e mobílias estimadas em 500 mil libras, em construções muito boas e bonitas; e suas casas como castelos, os engenhos e as senzalas parecem, vistos do mar, pequenas vilas, cada qual defendida por seu castelo.”<sup>109</sup> O preço da terra disparou. Uma fazenda de quinhentos acres que valia quatrocentas libras em 1640 alcançou 7 mil libras por metade de sua área em 1648.<sup>110</sup> A propriedade de um certo capitão Waterman, de oitocentos acres, foi dividida entre nada menos que quarenta compradores.<sup>111</sup> Pois o açúcar era e é uma atividade essencialmente capitalista, envolvendo não só as operações agrícolas, mas também as etapas da refinação. Um relatório sobre as ilhas canavieiras francesas afirmava que o custo de fabricação de dez barris de açúcar, em termos de animais de carga, moendas e utensílios, era igual ao de cem barris.<sup>112</sup> James Knight, da Jamaica, calculou que, para implantar uma fazenda de cana, eram necessários quatrocentos acres.<sup>113</sup> Segundo Edward Long, outro fazendeiro e historiador da ilha, era necessário um capital de 5 mil libras para iniciar uma pequena plantação de trezentos acres, produzindo de trinta a cinquenta barris de açúcar por ano, e 14 mil libras para uma plantação do

mesmo tamanho que produzisse cem barris.<sup>114</sup> Só podiam existir duas classes numa sociedade assim: os fazendeiros ricos e os escravos oprimidos.

A conclusão se reforça ao examinarmos a história da Virgínia, onde se praticava a monocultura extensiva não de cana, e sim de tabaco. As pesquisas do professor Wertenbaker destruíram o mito de que a Virgínia foi desde sempre um domínio aristocrático. No começo do século XVII, cerca de dois terços dos proprietários rurais não tinham nem escravos, nem engajados. A força da colônia se fundava na quantidade de pequenos proprietários brancos. As condições se agravaram quando o mercado do tabaco foi inundado pela concorrência espanhola, e os moradores furiosos da Virgínia exigiram que se tomasse alguma providência em relação “àquelas ínfimas plantações inglesas nas ilhas selvagens das Índias Ocidentais” por onde passava o tabaco espanhol em quantidade até chegar à Inglaterra.<sup>115</sup> Mesmo assim, embora os preços continuassem a cair, as exportações da Virgínia e de Maryland mais que sextuplicaram entre 1663 e 1699. Pode-se dar a explicação em duas palavras: escravidão negra — que barateou o custo da produção. Os escravos negros, que em 1670 correspondiam a um vigésimo da população, em 1730 já eram um quarto dela. “A escravidão, longe de ser um fator insignificante na vida econômica da colônia, tornou-se o próprio fundamento em que ela se alicerçava.” Na Virgínia, ao contrário de Barbados, ainda havia espaço para o pequeno agricultor, mas de pouco lhe adiantava a terra se ele não conseguia concorrer com o trabalho escravo. E assim o camponês da Virgínia, tal como o de Barbados, foi expulso. “A Virgínia, que antes fora em larga medida a terra do pequeno agricultor, tornou-se a terra dos Senhores e dos Escravos. Não havia espaço para mais nada.”<sup>116</sup>

Toda a história posterior do Caribe é apenas uma confirmação disso. O processo se deu antes nas ilhas britânicas e francesas

e só depois nas espanholas, onde ele foi retardado até se implantar a política americana de promover seus interesses por meio da chamada “diplomacia do dólar” de nossa época. Sob o capital americano, vimos a transformação de Cuba, de Porto Rico e da República Dominicana em imensos engenhos de açúcar (embora o sistema de fazendas, principalmente em Cuba, não fosse desconhecido sob o regime espanhol), com seus proprietários morando no exterior, operados por mão de obra importada, nos moldes das Índias Ocidentais britânicas. O fato de ser um processo com mão de obra livre e em áreas nominalmente independentes (exceto Porto Rico) ajuda-nos a enxergar a primeira importação de mão de obra escrava negra para o Caribe britânico à sua verdadeira luz — uma fase na história do sistema de monocultura extensiva em grande escala. Nas palavras do professor Phillips, o sistema “dependia menos da escravidão do que a escravidão dependia dele. [...] O sistema de fazendas correspondia, por assim dizer, ao arcabouço social e econômico do governo [...] enquanto a escravidão era um código de leis instituídas para aquele fim”.<sup>117</sup> Onde não se desenvolveu a grande fazenda com culturas de exportação, como na indústria do tabaco cubano, a mão de obra negra era rara e predominava a mão de obra branca. Os setores liberais da população cubana advogavam sistematicamente o fim do tráfico negreiro e a introdução de imigrantes brancos. Saco, porta-voz dos liberais, defendia a imigração de trabalhadores “brancos e livres, de todas as partes do mundo, de todas as raças, desde que tenham pele clara e possam oferecer um trabalho honesto”.<sup>118</sup> O açúcar derrotou Saco. Foi a fazenda canavieira, com sua base escrava, que retardou a imigração branca em Cuba durante o século XIX, tal como a impedira antes em Barbados no século XVII e em São Domingos no século XVIII. Sem açúcar não há negros. Em Porto Rico, que se desenvolveu em época relativamente tardia como um sistema autêntico de monocultura exten-

siva, e onde, antes da tutela americana, o açúcar nunca dominou a vida e o espírito da população como em outras partes, os camponeses brancos pobres sobreviveram e os escravos negros nunca ultrapassaram 14% da população.<sup>119</sup> Saco queria “branquear” a estrutura social cubana.<sup>120</sup> A escravidão negra escureceu essa estrutura em todo o Caribe, enquanto o sangue dos escravos negros tingia o Atlântico e suas duas costas. Estranho que um produto como o açúcar, tão doce e necessário à existência humana, tenha gerado tantos crimes e derramamentos de sangue!

Depois da libertação dos escravos, os fazendeiros britânicos pensaram em recorrer à imigração branca, mesmo de condenados. Em 1845, o governador da Guiana Inglesa escreveu em termos entusiásticos sobre os imigrantes portugueses da ilha da Madeira.<sup>121</sup> Mas, embora os portugueses tenham chegado em grande quantidade, como atesta sua presença marcante, ainda hoje, em Trinidad e na Guiana Inglesa, eles preferiam se dedicar ao varejo em vez de trabalhar nas fazendas. O governador da Jamaica foi um pouco mais cauteloso em sua opinião sobre os imigrantes ingleses e irlandeses. As doenças se alastravam, os salários eram baixos demais. A única vantagem relativa seria um aumento imediato da população trabalhadora, e, portanto, era desaconselhável uma importação indiscriminada de mão de obra.<sup>122</sup> Os imigrantes europeus em São Cristóvão choravam seus destinos e rogavam que lhes permitissem voltar para casa.

Não haveria a menor relutância de nossa parte em continuar na ilha para uma vida honesta agradando a nossos empregadores com nosso trabalho dedicado se o clima nos permitisse, mas infelizmente ele não permite; e receamos muito que se continuarmos neste clima quente prejudicial [das Índias Ocidentais] a morte será a consequência para a maioria de nós.<sup>123</sup>

Não era o clima que atrapalhava a experiência. A escravidão criara a pernicioso tradição segundo a qual o trabalho braçal era o símbolo do escravo e a esfera de atividade do negro. O primeiro pensamento do escravo negro depois da alforria era abandonar a fazenda, quando podia, e se estabelecer por conta própria onde houvesse terra disponível. Dificilmente existiria uma sociedade onde convivessem trabalhadores brancos nas fazendas e pequenos sítiantes negros. Se houvesse incentivo para a agricultura em pequena escala, os brancos prosperariam. Mas a abolição da escravatura não significava o fim dos canaviais. Com a libertação do negro e a inadequação do trabalhador branco, o fazendeiro dos engenhos voltava ao ponto onde estava no século XVII. Continuava a precisar de mão de obra. Tinha passado do índio para o branco, e do branco para o negro. Agora, privado do negro, voltava ao branco e do branco ao índio, dessa vez o indiano\* das Índias Orientais. A Índia substituiu a África; entre 1833 e 1917, Trinidad importou 145 mil trabalhadores das Índias Orientais, e a Guiana Inglesa, 238 mil. O padrão foi o mesmo nas outras colônias do Caribe. Entre 1854 e 1883, entraram 39 mil indianos em Guadalupe; entre 1853 e 1924, mais de 22 mil trabalhadores das Índias Orientais holandesas e 34 mil da Índia britânica foram levados para a Guiana Holandesa.<sup>124</sup> Cuba, enfrentando uma escassez de escravos negros, adotou a experiência interessante de utilizar escravos negros ao lado de cules chineses sob contrato,<sup>125</sup> e depois da libertação recorreu aos muitos milhares no Haiti e nas Índias Ocidentais britânicas. Entre 1913 e 1924, Cuba importou 217 mil trabalhadores do Haiti, da Jamaica e de Porto Rico.<sup>126</sup> O que Saco escreveu cem anos atrás ainda era válido, sessenta anos após a abolição da escravatura em Cuba.

\* Este é o termo correto para a caracterização do habitante das Índias Orientais. É um erro chamá-los, como se costuma fazer neste país, de "hindus". Nem todos são hindus. Há muitos muçulmanos nas Índias Orientais.

Assim, a escravidão negra foi apenas uma solução, em certas circunstâncias históricas, para o problema de mão de obra no Caribe. Açúcar significava mão de obra — às vezes essa mão de obra foi escrava, outras vezes foi nominalmente livre; às vezes negra, outras vezes branca, indígena ou amarela. A escravidão não implicava de maneira nenhuma e em nenhuma acepção científica a inferioridade do negro. Sem ela, o grande desenvolvimento das fazendas canavieiras do Caribe, entre 1650 e 1850, teria sido impossível.